



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Reforço da Infraestrutura de Gás Baixada – Região Metropolitana de São Paulo”, de responsabilidade da COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo, realizada no dia 02 de julho de 2019, no município de Cubatão/SP.

Realizou-se, no dia 02 de julho de 2019, no Salão Nobre da ACIC, Rua Ceará, 131, Centro, Cubatão/SP, a audiência pública sobre o empreendimento “**Reforço da Infraestrutura de Gás Baixada – Região Metropolitana de São Paulo**”, de responsabilidade da COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo (Proc. Impacto nº 334/2018 e, e-ambiente 072485/2018-54). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Marcos Penido**, saudava e dava boas-vindas e registrava a presença aos representantes do poder Executivo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores Alan Clemente, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Cubatão e Carlos Américo de Bulhões Brasília da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santos; Fábio Menezes Fernandez, Diretor de Licenciamento Ambiental da Prefeitura de Cubatão –, do poder Legislativo – na pessoa do ilustríssima senhora Raquel Reis, assessora do vereador Ivan Idelbrando –, dos representantes de entidades da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Geraldo Freitas, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cubatão –, da Polícia Militar Ambiental – na pessoa do primeiro-tenente Carlos André, representando o tenente coronel. Ferreira Filho, comandante do 3º Batalhão –, dos representantes dos órgãos públicos; dos conselhos municipais de meio ambiente, das ONGs e entidades ambientalistas, enfim, a todos quantos compareceram a presente audiência pública. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre criação ou alteração de áreas protegidas, empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem suas opiniões, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas, e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou propostas apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação geral sobre a proposta, a localização do projeto e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais sobre ele elaborados. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, concluiu, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que desta forma lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente

Página 1 de 10



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao responsável e equipe que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazê-lo. Reiterou que apenas poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse ocupar a tribuna e ainda não se houvesse inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, e que nela o acompanhava, da bióloga Mayla Fukushima, Assistente Executiva da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Cetesb; e dos conselheiros do CONSEMA, Domenico Tremaroli, Diretor da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Cetesb e Luiz Renato Prado Ribeiro da entidade da sociedade civil - CONCIDADANIA. **Mayla Fukushima** esclareceu que o processo encontrava-se na etapa do licenciamento prévio em que são colhidas as contribuições e manifestações oferecidas, e a documentação com base na qual se avalia a viabilidade ou não do empreendimento. Declarou ainda que, caso se reconheça, com base nos estudos aludidos, que, do ponto de vista ambiental, o empreendimento é viável, se emitirá a licença prévia com as respectivas condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor para dar continuidade às próximas fases da licença de instalação e da licença de operação. Ressaltou que todas as contribuições que então forem protocoladas na CETESB serão apensadas ao processo e consideradas na análise técnica. Frisou também que o processo de licenciamento é público, podendo todo cidadão interessado ter acesso a ele a partir do pedido de vista. Concluídos os esclarecimentos introdutórios, passou-se à apresentação do projeto. **Carlos César Zanardo**, representante da Gerência-Executiva de Projetos Especiais da COMGÁS apresentou em linhas gerais o empreendimento, abordando seu histórico, objetivo, organização, dimensão e capacidade produtiva, etapas implantação da termelétrica, seu funcionamento e operação, após o que **Guilherme Henrique Braga Klaussner**, coordenador de estudos ambientais da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da eleição do traçado, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos potenciais, nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e acerca das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes da sociedade civil. **Ibrahim Tauil**, da Comcidadania do Fórum da cidade, primeiramente, manifestou total apoio ao manifesto de ex-ministros do Meio Ambiente contra o desmonte sistemático do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Declarou que, da mesma forma, o Fórum da Cidadania e da Comcidadania entendia que o Brasil já havia perdido o bonde histórico da revolução da sustentabilidade, assim como da revolução industrial e, mais recentemente, da revolução tecnológica. Esclareceu que tal afirmação embasava-se na pesquisa da Universidade de Massachusetts na qual se concluiu que o investimento de cem bilhões de dólares em energias renováveis gera, em dois anos, cerca de dois milhões de empregos, contra cerca de seiscentos mil, gerados pelo mesmo investimento, na indústria petrolífera. Apurou que a alocação de novos terminais para a atividade em questão, até aquele momento, passava por discussões controversas no Congresso Americano, em relação aos riscos marítimos, efeitos da radiação térmica, das nuvens de massa explosiva, sabotagem, terrorismo, dentre outros. Constatou uma profusão de normas, estabelecidas por dezenas de organizações, em mais de catorze países, uma delas, por exemplo, não recomenda a instalação de gasoduto na existência de tráfego de navios. Diante dos fatos apontados apresentou os seguintes questionamentos sobre os riscos da atividade: - o potencial de ocorrência de explosões foi calculado, assim como foram identificadas quais áreas seriam afetadas?; - estariam os municípios preparados para arcar com as consequências de uma explosão?; - os estudos consideraram as consequências da explosão de um tanque de gás com dimensões infinitamente menores, ocorrida do gasômetro de Santos, na década de 60, bem como o incêndio da Ultracargo, ambos em consequência de deficiências de manutenção?; - existe uma zona de segurança



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

prevista para o terminal e os navios de GNL em trânsito?; - foi prevista uma zona de exclusão para dispersão de gases inflamáveis? Essa zona estaria distante o suficiente para permitir a dispersão de nuvens de produtos inflamáveis?; - quais seriam os níveis de radiação térmica, considerando-se a distância e a intensidade dessa radiação?; e, - existe uma zona de radiação térmica para não colocar em risco as populações ou instalações existente no entorno?. Por último, informou que protocolaria junto à mesa diretora dos trabalhos um manifesto elaborado pela organização que representa. **André Tomé Lourenço**, da Santos Lixo Zero afirmou que as alegações de que a demanda por energia vem crescendo e de que não éramos autossuficientes em energia cabiam algumas reflexões em razão do crescimento econômico não ser infinito e 70% desse recurso ser consumido pelo setor industrial. Pontuou que o momento era de se discutir a sustentabilidade, energias renováveis e, sendo assim, afirmou ser insano o crescimento baseado na queima ainda maior de combustíveis fósseis, e conseqüente agravamento dos fenômenos de mudanças climáticas e do aquecimento global. Dessa forma, considerou como de suma importância a mudança de paradigma da matriz energética. Além disso, ponderou que a apresentação tratou de uma fração mínima de um processo produtivo gigantesco e, sendo assim, de nada adiantava discutir o melhor trajeto, antes de entender plenamente todas as etapas do próprio processo, que tem seu início na origem e extração do gás natural liquefeito do subsolo por meio da perfuração horizontal, cuja extensão pode atingir até dois quilômetros de extensão. Na sequência, o fluido é bombeado por um túnel, com altíssima pressão, sessenta e dois mil quilo Pascal. Essa pressão é alta o suficiente para partir a rocha e causar fissuras por onde irá escoar o gás, daí, o termo *tracking*. O fluido bombeado é constituído, basicamente, por água com a presença de alguns aditivos químicos, como detergente, sais, ácidos lubrificantes e desinfetantes. Assim, o gás é bombeado de volta à superfície junto com o *flowback liquids*, que é um líquido que contém água e um número de contaminantes, como material radioativo, metais pesados, hidrocarbonetos e outras toxinas. Esse líquido, altamente contaminado poderá ser reinjetado em poços profundos ou enviado para o sistema de tratamento de efluentes. Segundo o geologista estrutural da Universidade de Lawrence, a água formada é a água salgada que estava nos espaços porosos das rochas e pode ter altos índices de gás radioativo. Poderou que as águas de retorno podem ser tratadas, mas os volumes muito maiores do que as cidades conseguem tratar. Portanto, a extração do gás pode desestabilizar placas tectônicas, causar terremotos, poluir o lençol freático, causar problemas de saúde, liberar gases tóxicos e contribuir para o efeito estufa e o aquecimento global. A partir daí, para baratear o transporte do gás extraído, é preciso comprimi-lo para caber mais gás em cada navio, o que se dá por liquefação, resfriando o mesmo -174°C . Mas o objetivo não é gerar energia? Quanta energia é necessária para resfriar um gás -174°C , sem contar a energia de perfuração, transporte, industrialização? Sendo assim, afirmou que o processo era desprovido de lógica, tanto pelo viés ambiental, quanto pelo viés econômico. Afirmou que o projeto terá que sobreviver de subsídios e isenções fiscais, sequestrados da renda da população mais carente, gerando uma energia a ser consumida pelo próprio processo e que a população não precisa. Após a instalação de um terminal de gás quais seriam os riscos? Ao entrar em contato com o ar o gás irá evaporar rapidamente podendo explodir e pegar fogo. Devido a esses problemas e riscos, o Departamento de Energia dos Estados Unidos solicitou um estudo para avaliar o potencial de risco de acidentes com tanques de gás ou navios tanque. Esses estudos apontaram que, primeiramente, no caso de haver um vazamento, o gás congelaria, sufocaria e mataria tudo o que estivesse a um raio de quinhentos metros de distância, instantaneamente. Em segundo, em contato com o ar, existe o risco elevado de explodir, queimar e matar tudo que se encontra em um raio de um quilômetro e meio. Em terceiro, o gás continuaria queimando e poderia intoxicar todos os seres em um raio de três quilômetros e meio. Por outro lado, a Sociedade Internacional de Tanques de Gás, Operadores e Terminais aponta algumas diretrizes de segurança para portos de gás natural liquefeito, dentre as quais, que essas estruturas devem ser implantadas em áreas distantes das cidades para não afetarem a população. Os berços de atracação devem estar distantes do trânsito de navios e balsas e os portos para GNL devem estar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

localizados onde eles não conflitem com o trânsito de outras embarcações. Afirmou que o Porto de Santos, portanto, não possuía nenhuma dessas condições para garantir a mínima segurança necessária para esse tipo de empreendimento. Por outro lado, frisou que a cidade de Santos em função da sua localização, recebia alta incidência de luz solar, uma fonte inesgotável de energia. No entanto, completou, o sol era uma fonte energética que não cobra pelo calor que fornece. Afirmou que esse projeto era um equívoco e, nesse sentido, precisava ser revisto, em respeito às gerações presentes e futuras. **Marli Vicente**, do Instituto Socioambiental e Cultural Vila dos Pescadores de Cubatão afirmou que seu grupo não se opunha ao desenvolvimento, pelo contrário, eram favoráveis desde que fosse empreendido com equilíbrio. Declarou que todos estavam cansados, exaustos de ver os grandes empreendimentos levar o bônus, sabe lá para onde, e a comunidade ficar apenas com o ônus. Observou que a comunidade encontrava-se num entorno privilegiado, que progredia todo dia passando ao lado dela, beirando a linha do trem, centenas e centenas de contêineres, em vagões. Não obstante, a comunidade detinha o primeiro lugar em tudo o que se poderia imaginar de negativo: os piores índices de IDH, de mortalidade infantil e, assim por diante. Afirmou que poderia ficar horas dissertando sobre os problemas enfrentados pela comunidade, já acostumada a enfrentar desafios e superações. Por esse motivo, questionou se aquele projeto, bonito como foi apresentado, na prática seria bom de fato. Afirmou que fazia parte da comunidade um grupo de pescadores artesanais que lutava pela sobrevivência e que se fortalecia cada dia mais, embora fossem impactados pelos grandes empreendimentos e pelos brutamontes armados que se instalam ao redor desses empreendimentos para oprimir o pescador artesanal, por meio de abordagens truculentas. Nessas condições o pescador, sem ter a quem reclamar, tinha que ficar quietinho, por medo de “sumir” no mangue. Afirmou ter relatado o mínimo daquilo que ocorria no entorno da Vila dos Pescadores. Frente a esse empreendimento que garantiu que vai gerar empregos e trazer desenvolvimento, tudo parecia lindo, mas a comunidade tinha suas ressalvas, pois, mesmo que ainda não estivesse passando navios de grande porte, o pescador já não podia mais pescar, e quando começarem a transitar, como será? Até onde iria esse o desenvolvimento e o progresso propalado. Questionou se para ampliar o Porto, não seria melhor jogar uma bomba atômica para acabar com uma comunidade alocada a dois quilômetros de uma cava subaquática de resíduos químicos e, próxima dos dutos gás e produtos altamente inflamáveis. Afirmou que a maior preocupação que tinham era com a segurança da comunidade. Por esse motivo apresentou os seguintes questionamentos: - qual seria o risco de exposição da comunidade a essa atividade; - existe plano de atendimento a emergências?; - como a população poderá se proteger dos riscos?; - qual a possibilidade de registrar em cartório, um documento para que a empresa se comprometa a compensar a comunidade pelos danos de qualquer acidente que possa vir a ocorrer, em decorrência de sua operação; e, - qual será a temperatura do gás a ser transportado pelos dutos; e - qual será o ângulo de trajeto dos navios, em relação a cava subaquática?

Fabrizio Gandini, do Instituto Maramar informou que participou ativamente das discussões de propostas de licenciamento de empreendimentos no litoral que vinham sendo pautadas no CONSEMA e lembrou que apresentou uma série de sugestões de complementações para o projeto da COMGÁS, no litoral. Questionou se o empreendimento ora apreciado era um ou dois e, nesse sentido, afirmou que se essa “moda pegar”, a Cetesb estaria criando um novo procedimento, no qual era possível licenciar uma atividade em pedaços, sem olhar o todo. Afirmou que o empreendimento da COMGÁS era composto por empreendimentos localizados no litoral, no norte e no planalto, situação que carecia ser melhor explicado pela Cetesb. Em razão disso, questionou a Cetesb qual seria a segurança jurídica desse procedimento que vem sendo adotado, inclusive para as obras do rio Itapanhaú. Enfatizou que, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, os órgãos públicos precisavam responder aos questionamentos colocados pela sociedade sobre determinada matéria de seu interesse. Questionou o que deveria estar ocorrendo no Comitê de Bacias que não estava se pronunciando com referência as questões que estavam sendo formuladas sobre o empreendimento e que vinham preocupando o Instituto Maramar que atuava na proteção dos rios, mar e manguezais.

Página 4 de 10



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Afirmou que havia solicitado informações do empreendimento via e-ambiente da Cetesb, fazia dois meses. Afirmou que até aquele momento não tinha conhecimento se a Câmara Técnica de Análise de Empreendimento do Comitê de Bacias havia se instalado para elaborar seu parecer técnico e formular mais exigências e recomendações a serem apreciadas pela Cetesb. Afirmou que seria muito bom se a Cetesb fornecesse esclarecimentos sobre as fases desse licenciamento com vistas a manter a segurança jurídica do processo. **Leandro Silva de Araújo**, da Sociedade de Melhoramentos Jardim Casqueiro de Cubatão, primeiramente, sugeriu aos órgãos de controle, que as audiências de empreendimentos daquele porte não poderiam limitar o tempo de manifestação da sociedade civil em apenas cinco minutos, pois todos os transtornos que a COMGÁS causará se estenderão por toda a vida, assim como, o da cava subaquática, localizada na área de influência do projeto. Completou que a área do Porto será a mesma para a qual, teoricamente, foi aprovada a implantação da segunda cava subaquática. Após informar que fazia parte do movimento contra a cava, apresentou as seguintes questões: o licenciamento ambiental não deveria ser feito por parcelas e de forma isolada, pois os impactos ambientais devem ser avaliados de forma integrada; - sobre a zona de exclusão de aproximação, imposta pela empresa, por meio do emprego de pessoas armadas, questionou se a COMGÁS impedirá a entrada de outros empreendedores, além dos pescadores; a qual distância os empreendimentos deverão manter do empreendimento por conta do risco de explosão?; - o relatório estaria equivocado com relação ao número de pescadores da Vila dos Pescadores, pois não seriam apenas oitenta e três conforme declarado, mas, aproximadamente, trezentos, o número de pescadores, devidamente cadastrados pelo Ministério Público Federal. Sendo assim, sugeriu também que fosse procedida a atualização da lista de pescadores da Baixada Santista, atualmente, em mais de dois mil pescadores; - o Relatório de Águas Costeiras da Cetesb, de 2017 informa que o processo de dragagem do canal Piaçaguera causa um impacto significativo na região. Na primeira fase de implantação desse empreendimento, na mesma área, haverá uma dragagem de, mais ou menos, dois milhões de metros cúbicos de sedimentos. Com base em estudos elaborados pela UNISANTA, caso esses sedimentos tóxicos, sejam disponibilizados novamente no PDO, causarão impacto ao meio ambiente; - os gases dos dutos do trecho da saída do porto de regaseificação, serão odorizados apenas no *city gate*, em direção à Cubatão, sendo assim, como a COMGÁS detectará vazamentos de gás, na metade do processo? Quais serão os riscos potenciais, principalmente, para nas áreas entre o bairro Jardim Costa e Silva e a Cabocloro? Por último, afirmou que consta do relatório, que Cubatão não é considerada como sendo um atrativo turístico e, não por acaso, no dia anterior ao da audiência, essa condição foi discutida e, infelizmente, concluiu-se que a cidade acabava por aceitar tal condição por permitir a implantação de alguns empreendimentos que oferecem riscos e acabam com seus manguezais. **Antonio de Pádua**, da Associação Cubatense de Capacitação deixou claro que a entidade não era contra o desenvolvimento e que o gás natural tinha sua importância por ser uma energia, até mais limpa. Como ex-trabalhador da Usiminas, antiga Cosipa, conhecia com detalhes qual eram as condições de trabalho em fornos movidos a outros gases, no caso, coqueria. Quanto chegou o gás natural os trabalhadores puderam constatar o quanto a qualidade do ar melhorou e também as condições na área de produção. Afirmou que o gás natural era melhor, tanto para a produção e a competitividade do parque industrial, quanto para o meio ambiente. Por outro lado, afirmou não ter verificado que as indústrias trouxeram a geração de riqueza e qualidade de vida aos Cubatenses, pois infelizmente, um dos piores IDH da região é o de Cubatão. A partir daquele momento, torcia para que todos pudessem inaugurar um novo momento, de concatenação do desenvolvimento e também de qualidade de vida do povo cubatense. Alguns representantes da Vila dos Pescadores já haviam apontado os problemas da Vila, de empreendimentos e da condição desastrosa da cava, situações que não trazem ganho algum para a comunidade. Sendo assim, questionou quais seriam as contrapartidas sociais para a cidade e para o povo cubatense. Também questionou sobre quais seriam os riscos e a segurança do duto de gás que irá margear a cidade e, até mesmo, a escola municipal localizada abaixo da Usina Henry Borden. Enfatizou que as comunidades



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sofrem pelos muitos problemas trazidos por vazamentos industriais e recordou um deles, quando 136 moradores tiveram que ser removidos da área industrial, devido a vazamentos de amônia. Enfatizou que o duto também irá cortar a Serra do Mar que é um grande patrimônio histórico cubatense e regional e, por esse motivo, questionou, qual será a contrapartida para incentivar o turismo local. Passou-se à manifestação dos cidadãos e das cidadãs que não representam entidades. **Caio César Leite Martins**, primeiramente, pontuou que todos os temas que envolvem o desenvolvimento, as questões ambientais e, por consequência, sociais, são de extrema complexidade técnica, e por esse motivo, muito difícil para a sociedade validar um processo dessa complexidade, a partir de uma apresentação de trinta minutos. Durante a apresentação muito foi falado sobre a dinamização da economia local e da mudança da qualidade da saúde pela implantação do gás natural o que o levou a refletir sobre alguns processos travestidos de desenvolvimento econômico e social, mas que a prática é bastante nebulosa e complicada. Observou que Antonio Pádua havia se manifestado muito bem sobre a questão do desenvolvimento econômico e que, realmente ninguém era contrário ao desenvolvimento econômico, sobretudo nesse momento em que o país está submerso em uma crise bastante acentuada. No entanto, não dava para a sociedade civil organizada sozinha reivindicar seus benefícios sociais, razão pela qual, as empresas, ao proporem a implantação de empreendimentos dessa magnitude, tinham que ser mais proativas para promoverem o desenvolvimento dos territórios nos quais encontram-se instaladas, diante do risco permanente que causam. Nada poderá reparar os transtornos de um acidente, tal como ocorreu em Brumadinho e Mariana, por exemplo. Então, sempre deveremos partir do pressuposto que qualquer contrapartida nunca será suficiente para reparar os eventuais danos à cidade. Portanto, faz-se necessário refletir se a contrapartida a ser oferecida pelo empreendimento compensará os riscos e os danos de um acidente, caso ocorra. Lembrou que Cubatão estava inserida em um polo industrial historicamente considerado uma bomba relógio. O acidente ocorrido na Vila Socó, na década de oitenta, causaram transtornos, seguramente, até os dias de hoje e seguirão ao longo de toda a história. Os riscos relacionados a cava subaquática, como bem relataram Leandro e a Marli, jamais poderão ser dimensionados. Além da exposição dos grandes recursos tecnológicos era necessário expor como funcionaria um plano seguro de segurança e de emergência, no entanto, essas questões ainda estavam muito vagas, motivo pelo qual, era difícil validar um processo, a partir de uma única audiência. Sendo assim, para ter um pouco mais de responsabilidade e compromisso com a cidade e com a sociedade civil, solicitou que as questões apontadas fossem melhor discutidas em conjunto com a população. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Ingrid Oberg**, do IBAMA esclareceu que tinha a função de ouvir as várias manifestações da sociedade civil e os vários questionamentos para os quais considerava interessante fosse realizada uma exposição ofertando a população uma visão mais clara dos impactos cumulativos na área. Sabe-se que os impactos de algumas instalações não são tão elevados quanto aqueles que envolvem combustíveis, tal como, plataformas de petróleo, de gás e gasodutos com riscos permanentes de acidentes, uma vez que, por mais que existam métodos de prevenção, sempre poderá ocorrer um acidente, uma hora ou outra e na Baixada Santista ocorreram vários acidentes nos últimos anos. Por isso, considerava interessante que as consultorias do terminal e do gasoduto, ou talvez a própria COMGÁS pudesse esclarecer a população sobre os riscos dos empreendimentos como um todo, no pior cenário previsto, num caso de explosão em um dos dois empreendimentos, pois as questões mais graves estavam relacionadas ao risco. Outra questão que não havia encontrado nos estudos era sobre a suscetibilidade da Serra do Mar quanto aos deslizamentos que sempre ocorreram naturalmente, mas são intensificados pelas ações antrópicas. Por esses motivos, questionou qual seriam os riscos de deslizamentos e como lidar com essa questão caso ocorram nas áreas de passagem do gasoduto. **Pedro de Sá**, vice-prefeito e secretário de Planejamento de Cubatão frisou a importância da COMGÁS prestar esclarecimento das principais questões, em sua maioria, contidas no EIA/RIMA. Afirmou que era aquele o momento certo para requerer algumas coisas para o município, principalmente, por ser a porta de entrada para que se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

possa, provavelmente, duplicar o lucro líquido da COMGÁS, que no ano passado, atingiu um bilhão e trezentos milhões de reais, de acordo com o que foi veiculado em matéria da *internet*. Entendia que Cubatão, por ser a porta de entrada desses lucros e por ter alguns riscos diferenciados em relação aos demais municípios, merecia uma atenção diferenciada. Com base nisso, solicitou fosse estabelecida uma tarifa diferenciada para o Polo Industrial de Cubatão, como forma do município voltar a ser competitivo no mercado internacional e no próprio mercado interno. Apesar de Cubatão possuir uma refinaria e, futuramente, de gás natural, detêm o custo mais alto de combustível de toda a região, talvez do Estado. Requereu fosse estabelecido um custo diferenciado para o Polo Industrial como contrapartida social, visto que o gás natural, apesar de possuir algumas vantagens sobre o GLP, economicamente, ainda não era o mais viável. Isso ocorria porque a COMGÁS instala gás de rua somente sistemas verticalizados nos quais é possível atender diversas unidades de consumo com apenas um ponto de entrada. No entanto, completou, Cubatão era uma cidade horizontalizada. Requereu também que a geração de empregos para Cubatão não fosse restrita a fase de construção desse gasoduto e que as escolas técnicas do município possam preparar mão de obra capacitada para atender a todas as demandas ligadas ao gás natural, nos setores de manutenção, operação e ampliação, e não somente na escavação de buracos. Pleiteou, que dentre as contrapartidas sociais, também sejam previstos investimentos em cultura e atividades turísticas e formação de agentes de turismo, de forma a promover a mudança da matriz econômica do município com a geração de outras formas de receita e de atividades econômicas para o município, dentre as quais, as atividades culturais, que são pujantes em Cubatão, principalmente vinculadas ao turismo histórico da Serra do Mar. Por fim, afirmou que Cubatão estava de portas abertas para receber novos investimentos, principalmente, em razão do elevado desemprego e conseqüente falta de condição das famílias de levar comida pra dentro de casa. Passou-se para a etapa das considerações e esclarecimentos. **Carlos César Zanardo**, Gerente Executivo de projetos especiais da COMGÁS esclareceu que: - o objeto daquela audiência pública era a interconexão entre a região de Cubatão, da Baixada Santista e da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de um gasoduto com, aproximadamente, vinte quilômetros com as características apresentadas e descritas nos estudos; - a maioria das perguntas e das contestações sobre o projeto foram abordadas nas audiências públicas na cidade de Santos, no entanto, as dúvidas remanescentes poderão ser esclarecidas por meio de *e-mail* específico; - quanto a citada divisão dos processos de licenciamento da indústria de petróleo e gás, esclareceu que tais licenciamentos dizem respeito a projetos com características totalmente distintos de três grandes seguimentos do setor, qual sejam, exploração, produção, *midstream* (que significa escoamento e processamento e refino), e *downstream* (venda de gasolina nos postos de gasolina e de distribuição de gás natural e GLP em botijões). Esclareceu que o empreendimento objeto da audiência pertencia ao *downstream*, ou seja, distribuição do gás natural. O outro empreendimento apresentado que está em objeto de licitação, é um projeto de *midstream*; - Além do licenciamento da Cetesb os projetos devem atender a regulação da ANP, que verifica se as características técnicas dos projetos, atendem as normas nacionais e internacionais de segurança; - Todos os projetos daquelas naturezas eram submetidos a um estudo de avaliação de risco em atendimento ao processo de licenciamento ambiental. Caso o risco, não esteja em nível aceitável o agente regulador, no caso em questão, a Cetesb, ou o IBAMA, se for o caso, exigem determinadas condições para que os riscos passem a níveis aceitáveis. Esclareceu que o cálculo do risco, não considera apenas o empreendimento, mas também seu entorno. No caso em questão, foram apresentadas três opções de rotas, uma delas o compartilhamento do Gasan 1. Nesse caso, ficou muito claro que o risco, considerando-se o entorno do empreendimento, não era tolerável, então deixou de ser a alternativa possível. Portanto, os riscos foram analisados, em todos os casos, tanto no projeto anterior, que não é objeto dessa audiência pública, quanto nesse gasoduto que é objeto da audiência pública, concluindo-se que são totalmente toleráveis e aceitáveis perante as normas vigentes na legislação brasileira; - Afirmou que a COMGÁS é uma empresa que trabalha com gás há 145 anos e, portanto, com muito conhecimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sobre o negócio, que não traria para Cubatão ou para qualquer uma das outras 177 cidades nas quais é concessionária, situações que venham colocar em risco um negócio tão importante para o desenvolvimento do Estado como um todo. Ele próprio, engenheiro químico, há 35 anos trabalhando na COMGÁS, não colocaria sua responsabilidade técnica em um projeto que não acreditasse ser sustentável; - Lembrou que o gás natural irá substituir outros combustíveis muito mais poluentes, tais como o óleo diesel e a gasolina. Portanto, tal substituição tornará possível a melhoria da qualidade do ar e do meio ambiente; - O gasoduto possui mecanismos de autoproteção automáticos para a detecção de vazamentos, no caso de deslizamentos, por exemplo. Explicou que para esse gasoduto de apenas quinze quilômetros, prevê-se a implantação de quatro válvulas para bloqueio automático imediato dos fluxos de gás, caso ocorra uma queda de pressão acelerada ou um momento de velocidade acelerado. Pela norma, uma válvula desse tipo é instalada a cada trinta quilômetros de extensão e, no caso em questão, por ser um ambiente sensível, de subida de Serra, estar em área protegida, previu-se a instalação desse sistema de proteção, em média, a cada três ou quatro quilômetros. No caso de ocorrer a ruptura do duto, vazaria apenas o gás contido naquele trecho entre as sessões dessas válvulas que se abrem e fecham, automaticamente. Caso ocorra um fechamento acidental, a válvula somente poderá ser aberta com a presença de um gasista, de um operador da COMGÁS. E, caso ocorra um fechamento provocado por acidente, a válvula somente será aberta, após a correção da falha e somente na presença *in loco* de um gasista da COMGÁS. Acentuou que a COMGÁS deve cumprir sua obrigação regulatória de atender a todos os chamados de emergência, em até uma hora, em todas as áreas de concessão, nos 177 municípios que atende, e para tanto, possui a estrutura adequada. Gasodutos com o porte que está sendo licenciado possui uma sala de controle e monitoramento, em tempo real, no centro operacional, localizado no bairro do Brás e que atende toda a área de concessão da companhia. Os operadores que fazem esse acompanhamento têm condições de acionar os planos de emergência imediatamente, independente da atuação remota das válvulas. Existe também um *call center* que funciona 24 horas/dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, pronto para atender qualquer emergência, a qualquer momento, para os 19 mil quilômetros de gasoduto e nove milhões de clientes conectados. Informou que os resultados das últimas pesquisas realizadas pela ARSESP apontaram a COMGÁS como a melhor concessionária do Brasil, com um índice de 95% de satisfação nos atendimentos. Portanto, a empresa está apta a atender todas as situações que foram colocadas durante a audiência; - Tarifas diferenciadas para Cubatão solicitadas pelo vice-prefeito, infelizmente, não poderão ser ofertadas, pois a COMGÁS, como empresa regulada, não pode tratar iguais de forma diferente. No entanto, com a possibilidade de implantação de novas infraestruturas em Cubatão, a Secretaria de Indústria e Comércio da cidade, poderá atrair novos empreendimentos para a região, gerando mais empregos e mais riqueza. Informou que, somente a Usiminas, no passado, havia consumido um milhão de metros cúbicos de gás natural. Garantiu que os questionamentos reminiscentes seriam respondidos por e-mail. **Guilherme Henrique Braga Klaussner**, coordenador de Estudos Ambientais da Mineral Engenharia e Meio Ambiente lembrou que o empreendimento compreende se estenderá por um trecho de quinze quilômetros dentro da industrial de Cubatão, distante do trecho estuarino, mas próximo à refinaria Presidente Bernardes. Encontra-se, portanto, distante da área urbana de Cubatão, em região com baixa densidade populacional, o que já reduz bastante o risco individual e social associado ao gasoduto. A única área habitada pela qual o gasoduto passará será a Vila da Light, dentro da EMAE, a partir daí, o duto subirá a Serra, em paralelo à tubulação da Henry Borden. Destacou que uma das premissas do projeto foi o estabelecimento de um traçado mais distante possível das populações lindeiras. Outras possibilidades de traçado, mais próximos das comunidades, embutiam um fator de risco mais elevado, e como fora informado, foi realizado um estudo robusto de análise de risco, que prevê um plano de gerenciamento de riscos para minimizar, ao máximo, essas possibilidades associadas ao transporte desse subproduto, e também um plano de ação de emergência para qualquer ação necessária, no caso de vazamentos. Essas condições encontravam-se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estabelecidas em legislação, e deverão ser cumpridas. Quanto as comunidades de pesca artesanal, acentuou que foi elaborado um diagnóstico das comunidades tradicionais que praticam a pesca somente na área do planalto, e os levantamentos realizados na Colônia Z1 da Baixada Santista, apontam não haver interferência direta sobre as comunidades pesqueiras artesanais no estuário de Santos ou nas comunidades de Cubatão. Tão pouco, são previstos impactos sobre as comunidades de pesca artesanal do planalto por não haver interferência direta com esses recursos hídricos. Ressaltou que o diagnóstico do meio físico, especificamente, o levantamento geotécnico das características da Serra do Mar, apontou que no Planalto Paulista encontra-se o escudo cristalino que desenha as feições da Serra do Mar e, como foi destacado, são as próprias condições naturais do cristalino que propiciam a ocorrência de deslizamentos constantes, devido ao nível de aclave e declividade desses taludes. Explicou que tais condições foram preponderantes para a alocação das estruturas no trecho de subida, em talude protegido na área da tubulação da Henry Borden. Embora o talude da Henry Borden seja protegido, deverão ainda ser adotadas medidas de recuperação desse talude e, caso ocorram rupturas, serão implantadas drenagens profundas para prevenir o desencadeamento de novos processos erosivos de consequências geotécnicas mais severas. Também foram feitas sondagens para medir as características do terreno nessa região da crista da Serra, próximo ao aclave mais acentuado, para possibilitar não somente a recuperação do trecho de intervenção da Estrada Caminho do Mar, como também para conhecer as condições reais de intervenção nessa área, detentora de condições geotécnicas mais complexas. Passou-se a etapa na qual se manifestam os conselheiros do CONSEMA. O conselheiro **Luis Renato Prado Ribeiro** ponderou que, em pleno século vinte um, estávamos vivenciando questões relacionadas ao aquecimento global e às mudanças climáticas, o que nos fazia pensar, de maneira bastante considerável, sobre a questão da matriz energética. Nesse sentido, as economias modernas e, sobretudo, a China vêm liderando, de forma bastante expressiva, a virada rumo às energias renováveis. Em segundo, remetendo-se a manifestação de Fabrício Gandini, do Instituto Maramar, disse ter ficado muito surpreso ao constatar, que poucos meses após a audiência pública de outubro de 2018, do “Projeto de Reforço Estrutural de Suprimento de Gás da Baixada Santista (Processo 107/2018)”, o surgimento do “Reforço da Infraestrutura de Gás Baixada Santista-Região Metropolitana de São Paulo” sendo tratado como se fosse outro projeto totalmente diferente. Observou que em nenhum momento, foi mencionada a usina termoeletrica em Pedreiras que será a mais beneficiada e a maior consumidora desse gás a ser conduzido, por meio de dutos, até a Zona Sul da região Metropolitana de São Paulo. Afirmou que as termoeletricas já eram tecnologias em desuso na maioria das economias evoluídas e, por isso, o Brasil deveria investir em energias renováveis. Recentemente, na região da Baixada Santista, houve uma tentativa extremamente controversa, de licenciar uma usina termoeletrica no município de Peruíbe, que recebeu forte contestação popular, até que foi sancionada uma lei municipal que impediu essa instalação, havendo a judicialização do caso. Tal movimento demonstra que a população, de forma majoritária, não quer mais esse tipo de tecnologia para geração de energia. Demonstrou estar em consonância com a solicitação feita por Ingrid Oberg, representante do IBAMA, quanto a necessidade de serem apresentadas informações sobre os possíveis impactos cumulativos. Observou que, em nenhum momento, foram apresentadas informações claras sobre o plano de contingência para explosões. Tal necessidade advém do fato do incêndio, recentemente ocorrido na Ultracargo, ter demonstrado não existir nenhum preparo com relação a isso. Externou ter ficado extremamente surpreso com a afirmação de que haverá melhoria da qualidade do ar, do meio ambiente e da saúde da população, pois considera que esses termos e expressões foram utilizados de forma inadequada, pois são conhecidos os impactos das energias fósseis, inclusive sobre o aquecimento global, causados pelos gases do efeito estufa, entre os quais, o metano que é 25 vezes mais nocivo que o CO₂. Mesmo assim, essas questões extremamente importantes, não foram consideradas ao longo da audiência. O conselheiro **Domênico Tremarolli**, representante da Cetesb no CONSEMA discorreu sobre a importância da audiência pública no processo de licenciamento, principalmente, por possibilitar o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

acolhimento das preocupações das comunidades que vivem no entorno dos empreendimentos objeto das análises. Reafirmou que aquela era uma das etapas do licenciamento correspondente a avaliação prévia do empreendimento quanto a viabilidade de localização. Assegurada essa hipótese, os estudos poderiam avançar para as outras fases, quais sejam: a fase de instalação e a fase de operação. Afirmou que a questão dos riscos seriam, evidentemente, tratados na fase da licença de instalação, e na fase de operação esse assunto seria consolidado nos planos que tratam dessas questões. Em relação ao fracionamento das licenças, esclareceu que o presente licenciamento enfoca o gasoduto e, garantiu que, ao longo das etapas do licenciamento todos os aspectos relevantes relacionados a segurança, impacto sobre o meio ambiente serão devidamente considerados a luz da legislação vigente. Observou que a audiência conferiu o amplo direito de manifestação e todas as contribuições serão avaliadas ao longo do processo de análise. **Mayla Fukushima** afirmou que não estava acontecendo faseamento do licenciamento do empreendimento, pois o terminal de GNL projeto de suprimento de gás regulado pela ANP e o duto de reforço de gás para a Região Metropolitana de São Paulo eram projetos diferentes. Reiterou os esclarecimentos precedentemente prestados, assinalando que mesmo as contribuições não colhidas naquela data poderiam ainda ser protocolizadas no prazo regimental e consideradas em futura análise. Lembrou ainda que é facultada, a quem se interessar, vista do processo de licenciamento mediante agendamento junto à equipe técnica da Cetesb, pelo endereço eletrônico itap_cetesb@sp.gov.br. Afirmou que a contribuição ofertada pelo Instituto Maramar no licenciamento do terminal, também foram juntadas ao processo e, inclusive, citadas no parecer técnico de viabilidade do terminal, e isso resultou em algumas exigências específicas na análise de viabilidade do terminal. Recomendou àqueles que encontraram dificuldades técnicas ao tentarem consultar processo no e-ambiente da Cetesb, solicitassem novo pedido de vista para que seja possível abrir novo período de consulta ao interessado. Destacou que todos os impactos potenciais do terminal foram avaliados pela equipe técnica da Cetesb, assim como, todos os potenciais impactos do duto encontravam-se em análise pelas equipes da Cetesb. Especificamente em relação ao risco, esclareceu que a análise de risco é baseada em norma técnica específica e rigorosa que, naquele momento, estava sendo conduzida pela equipe do Setor de Análise de Risco Tecnológico da Cetesb, que irá estabelecer condicionantes para as próximas fases. O detalhamento dos planos de ação de emergência, de plano de gerenciamento de risco apresentados pelo proponente serão avaliados, detalhados e, se necessário complementados, antes de serem implementados pelo empreendedor. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** informou que a solicitação de esclarecimentos para a COMGÁS deveriam ser encaminhados para o endereço eletrônico licencasambientais@comgas.com.br. Após constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas declarou encerrados os trabalhos da reunião, agradecendo novamente pela presença e contribuições oferecidas por todos. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.